



**ELEIÇÕES
EUROPEIAS**
26 MAIO 2019

MANIFEST

**UMA EUROPA MAIS FORTE PELA EDUCAÇÃO
COM UMA EDUCAÇÃO PÚBLICA
DE QUALIDADE EM PORTUGAL**

1. Educação de qualidade para todos

A educação de qualidade é fundamental para qualquer cidadão.

É um direito humano fundamental e um bem público. É por isso que os governos europeus têm de ser responsabilizados pela concretização deste direito.

A FNE reivindica que todas as crianças e estudantes tenham acesso a uma educação gratuita de alta qualidade, adaptada às suas necessidades e seja qual for sua origem socioeconómica.

A FNE defende uma educação de qualidade para todos os alunos e adultos, tanto em termos de resultados de aprendizagem, como em termos do pleno desenvolvimento de cada indivíduo e da sua contribuição para uma sociedade democrática..

Investir no futuro da Europa através de uma distribuição adequada de fundos públicos tem por objetivo o crescimento económico e a coesão social na Europa. Para este efeito, é condição fundamental a garantia de um financiamento sustentável para a formação inicial e para a formação contínua de Educadores e Professores e de todos os Funcionários das escolas ao longo de todas as suas carreiras, para se poder garantir uma educação moderna e inovadora, capaz de responder às necessidades dos alunos num mundo em rápida mudança. Dar autonomia aos Educadores e Professores e outros Funcionários da educação para gerirem a diversidade é essencial para uma sociedade próspera e dinâmica.



2. Aumento do investimento público e atratividade das profissões em educação

Denunciamos a falta de atratividade da profissão docente e a diminuição do valor da imagem dos Professores nas sociedades do nosso tempo, em resultado do crescimento da precariedade e da carga de trabalho, bem como do estresse relacionado com o trabalho, associados à falta de autonomia profissional e de apoio, bem como insuficiência de condições de trabalho, salários e pensões pouco atrativos; desta forma, estamos a caminhar para uma grave escassez de professores. **Essa tendência é ainda mais acentuada pelas mudanças demográficas relacionadas com o envelhecimento da força de trabalho e a fuga de cérebros de profissionais qualificados para outros setores ou países.** Denunciamos os cortes orçamentais no setor da educação que põem em causa a qualidade e a sustentabilidade da oferta pública de educação.

A FNE considera, portanto, essencial financiamento público mais sustentável no setor da educação para recrutar e reter profissionais de ensino altamente qualificados, oferecendo condições de trabalho decente, o que tem de ter expressão ao nível da formação contínua adaptada às necessidades dos Educadores e Professores e de todos os Funcionários, e ainda de um ambiente de trabalho e infraestruturas que facilitem o bem-estar e a motivação de todos os profissionais do setor.

3. Fortalecimento do diálogo social e envolvimento dos sindicatos da educação nos processos de tomada de decisão

Os sindicatos da educação, enquanto representantes dos profissionais da educação, têm uma dupla responsabilidade, tanto ao contribuir para que se definam para estes profissionais adequadas condições de trabalho, como ao investirem em termos de apoio para questões profissionais. Eles são essenciais para o desenvolvimento e implementação de políticas educativas eficazes.

Para a FNE, é essencial que os governos e autoridades reconheçam os sindicatos da educação como parceiros sociais para um diálogo social permanente e eficaz, de modo a desenvolver sistemas de educação de qualidade e promover uma

visão independente sobre os profissionais do setor. Os sindicatos da educação devem desempenhar um papel central e permanente nos processos de tomada de decisão a nível nacional e europeu no que diz respeito ao desenvolvimento de políticas de educação e, em particular, a questões pedagógicas e aos programas.

4. Promoção da cidadania democrática e da inclusão

Nos últimos anos, os atentados terroristas, a radicalização violenta, o extremismo, o nacionalismo e a xenofobia multiplicaram-se por toda a Europa e representam uma ameaça, não só para a segurança dos seus cidadãos, como também para os valores fundamentais da União Europeia - a Liberdade, a Democracia, a Tolerância, a Igualdade, a Não Discriminação, o Respeito pela Legalidade, os Direitos Humanos e a Solidariedade. Neste contexto, o papel da educação, dos professores e dos outros profissionais da educação é crucial para promover a cidadania democrática e a inclusão social em diversificados contextos e ambientes educacionais e de aprendizagem.

Os governos europeus, em particular os Estados-Membros da União Europeia, não conseguiram criar uma política de migração coerente, sem ambiguidades, única e unificada - em vez de fragmentada -, incorporando o princípio básico da solidariedade. **É deixada aos Professores e aos outros Trabalhadores da educação a responsabilidade de responderem aos desafios sem o apoio educacional, financeiro ou administrativo e o apoio de longo prazo de que necessitam e a que têm direito.**

A FNE considera imprescindível financiamento e apoio consistente para professores e outro pessoal de educação nas áreas da democracia, dos direitos humanos, dos valores universais e da cidadania, para poderem responder de uma forma competente às necessidades dos seus alunos.



PARTICIPA - VOTA - DEFINE O FUTURO

15 PROPOSTAS POR MELHOR EDUCAÇÃO



Manifesto FNE para eleições europeias

PROPOSTA. 1

Deve ser promovido adequado investimento nos sistemas de educação e formação, com financiamento público, enquanto garantia de que todos têm oportunidades iguais a educação e formação em toda a Europa. A educação e a formação devem promover valores europeus comuns: tolerância, igualdade e respeito pelos direitos humanos, pela democracia, pela liberdade, pela solidariedade e pela dignidade.

A vitalidade da UE depende em grande medida de uma forte identidade europeia e da identificação dos cidadãos com a UE, preservando simultaneamente a identidade nacional, e garantindo que o êxito do projeto europeu se baseia nos seus valores, na tolerância e no compromisso em relação à diversidade das culturas, das religiões e do património. É importante reforçar o conhecimento e a compreensão dos cidadãos sobre a história e a cultura da União, os respetivos valores e direitos fundamentais, princípios e decisões essenciais, bem como os processos de decisão a nível da UE.

PROPOSTA. 2

O próximo Quadro Financeiro Plurianual da UE deve garantir condições para o financiamento a longo prazo para a investigação, a educação, a formação, a educação infantil e a aprendizagem ao longo da vida. É fundamental disponibilizar os meios necessários para fomentar a melhoria dos sistemas de ensino na Europa, com vista a assegurar uma educação de elevada qualidade para todos, bem como quanto à capacidade do ensino de enfrentar desafios sociais e de preparar eficazmente os alunos para uma vida e empregos de qualidade. Tirando partido dos seus próprios valores, a Europa pode e deve desempenhar um papel de liderança inovador na criação de uma economia sustentável e inclusiva. Uma economia deste tipo deve ser capaz de aumentar a competitividade e salvaguardar o futuro do seu modelo social específico

PROPOSTA. 3

A livre circulação de trabalhadores e estudantes na UE deve ser significativamente melhorada, alargada e reforçada. A cooperação no domínio da educação confere um significado real ao próprio conceito de UE e promove a imagem da «comunidade», ou seja, da UE, como algo de construtivo. A UE tem de investir mais na educação e formação, na investigação e inovação, mediante o aumento dos fundos atribuídos aos programas Erasmus+ e Horizonte 2020 e aos seus sucessores. Tal pode, no futuro, fazer aumentar o número de postos de trabalho e abrir novas oportunidades.

PROPOSTA. 4

A educação profissional e a educação e formação de adultos devem ser tratadas como parte da política de educação e formação. Os países da UE devem, em conjunto, estabelecer metas concretas e mais ambiciosas para a educação e a formação.

PROPOSTA. 5

A FNE propõe os seguintes objetivos, de acordo com os atuais indicadores utilizados pela EU:

- » Crianças abrangidas pela educação pré-escolar com mais de 4 anos – 95%
- » Crianças abrangidas pelo apoio à infância abaixo dos 3 anos de idade – 50%
- » Alunos com baixos resultados em leitura, matemática, ciências – menos de 10%
- » Abandono precoce da educação e formação nas idades dos 18-24 anos – menos de 5%
- » Adultos com o ensino superior nas idades 30-34 anos – 50%
- » Adultos em educação e formação contínua – 50%
- » Empregados 24 – 34 anos com, pelo menos a escolaridade obrigatória – 85%
- » População com competências digitais – 65%

PROPOSTA . 6

Atingir o objetivo de aprendizagem ao longo da vida a nível da UE e fomentar a formação contínua em toda a Europa, para conseguir que a Garantia para as Competências seja verdadeiramente aplicada.

PROPOSTA . 7

Deve ser reforçado o trabalho colaborativo entre professores e a formação de professores e a livre circulação entre os países europeus, de forma a garantir que os requisitos de qualificação dos professores sejam os mais elevados.

PROPOSTA . 8

Os países da UE devem trabalhar em conjunto para reforçar o gosto pelo trabalho docente, a valorização do trabalho docente e da qualidade da educação e da formação, promovendo a participação de professores e educadores na definição dos termos de desenvolvimento dos sistemas de educação e formação.

PROPOSTA . 9

As estruturas orçamentais da UE devem ser renovadas de modo que os futuros investimentos em investigação e inovação na área da UE sejam duplicados em relação ao montante atual.

PROPOSTA . 10

A autonomia das instituições de ensino superior deve ser aprofundada, e deve ser promovida uma cultura inclusiva nas instituições de ensino superior, onde os Docentes e outros Funcionários devem ter oportunidades genuínas de influenciar a tomada de decisões. Os atuais procedimentos utilizados pela UE para combater as violações dos direitos fundamentais e, por exemplo, a liberdade académica, devem ser intensificados.

PROPOSTA . 11

As diretivas da UE sobre a vida profissional devem ter em linha de conta a digitalização e a transformação do trabalho.

PROPOSTA . 12

As condições de trabalho e a segurança devem ser melhoradas nas creches, escolas e instituições de ensino a nível da UE. Os requisitos mínimos a nível da UE devem ser definidos em termos que garantam ambientes de aprendizagem e trabalho seguros e saudáveis.

PROPOSTA . 13

Deve-se trabalhar no sentido de transformar a UE numa área livre de discriminação no trabalho.

PROPOSTA . 14

O CSEE, a organização dos sindicatos da educação a nível europeu, deve ser incluído, em maior medida e desde as fases iniciais de planeamento das matérias educativas, em todo o diálogo social a nível da UE na política de educação e formação e em matérias que influenciem política educacional

PROPOSTA . 15

Como parte do quadro de trabalho no âmbito da Educação e de Formação, a promoção da educação sustentável e a partilha de boas práticas entre países deve ser definida como um objetivo, devendo a UE apoiar os projetos de investigação, desenvolvimento e inovação das instituições de ensino superior que procuram soluções para reduzir as emissões e promover estilos de vida e estruturas sustentáveis.

